



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador CONFÚCIO MOURA

## PROJETO DE LEI Nº , DE 2020

Altera a Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, que dispõe sobre a intervenção e a liquidação extrajudicial de instituições financeiras, para dar publicidade e transparência aos atos do processo de intervenção bancária.



SF/20846.08180-40

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** A Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 51-A:

“**Art. 51-A.** O Banco Central do Brasil dará publicidade e transparência a todos os atos decorrentes dos processos de intervenção e de liquidação extrajudicial da instituição financeira, disponibilizando acesso permanente às informações em sua página na internet, individualizadas por instituição financeira em regime especial, resguardado o dever de sigilo bancário imposto pela Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001.”

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

Em regimes autoritários, ação estatal ocorria sob o manto da invisibilidade, permitindo práticas abusivas e ilegais, além de não possibilitar o controle pelo cidadão. Com a virada para os regimes democráticos, verificou-se a necessidade de controlar esse agir estatal,

através de um processo com regras previsíveis e com a transparência necessária para tal. Além do meio pelo qual deve emergir o ato estatal, o processo administrativo deve ser balizado pelos direitos e garantias fundamentais. Neste caso, não basta a existência de um processo para o controle estatal. Necessária se faz a publicidade para que esse controle possa ser exercido de forma eficiente.

Com efeito, o princípio constitucional da publicidade comanda todos os atos praticados pela Administração Pública, direta e indireta, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Isso inclui os atos do Banco Central do Brasil, que, como Autarquia Federal, deve observar o comando do art. 37 da Carta Magna, promovendo a transparência de todos os seus atos administrativos.

A publicidade e transparência tornam-se mais imperativas à medida que os atos produzem efeitos sócioeconômicos mais significativos em relação ao administrado. No caso do Banco Central, o administrado é não somente a instituição financeira objeto de supervisão bancária, mas também os correntistas e investidores de cada instituição regulada, e, sob uma visão mais ampla, a própria sociedade como um todo, diante da centralidade do sistema financeiro e de seu risco sistêmico intrínseco, potencialmente disruptor de uma economia.

Entretanto, no caso dos regimes de intervenção e liquidação extrajudicial das instituições, há uma ausência de publicidade e transparência nos atos estatais envolvidos. A Lei nº 6.024, de 1974, que dispõe sobre o processo de intervenção e liquidação extrajudicial de instituições financeiras, não exige a publicidade e a transparência devidas aos atos envolvidos. De fato, não encontramos informações na página do Banco Central sobre instituições financeiras sob intervenção ou em regime de liquidação extrajudicial, o que entendemos deve ser corrigido.

O presente Projeto visa a aprimorar esse aspecto, permitindo que a sociedade seja mais bem informada, de modo permanente, sobre esses regimes especiais. Trata-se de medida que não envolve aumento de despesas públicas, dada a estrutura administrativa do Banco Central já constituída, mas que pode proporcionar maior benefício social, a partir da transparência.

Contamos com o apoio dos nobres Pares para aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões,

Senador CONFÚCIO MOURA



SF/20846.08180-40